



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

**Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública**

OE 2023

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO DE NOVEMBRO

Dezembro 2023

ÍNDICE

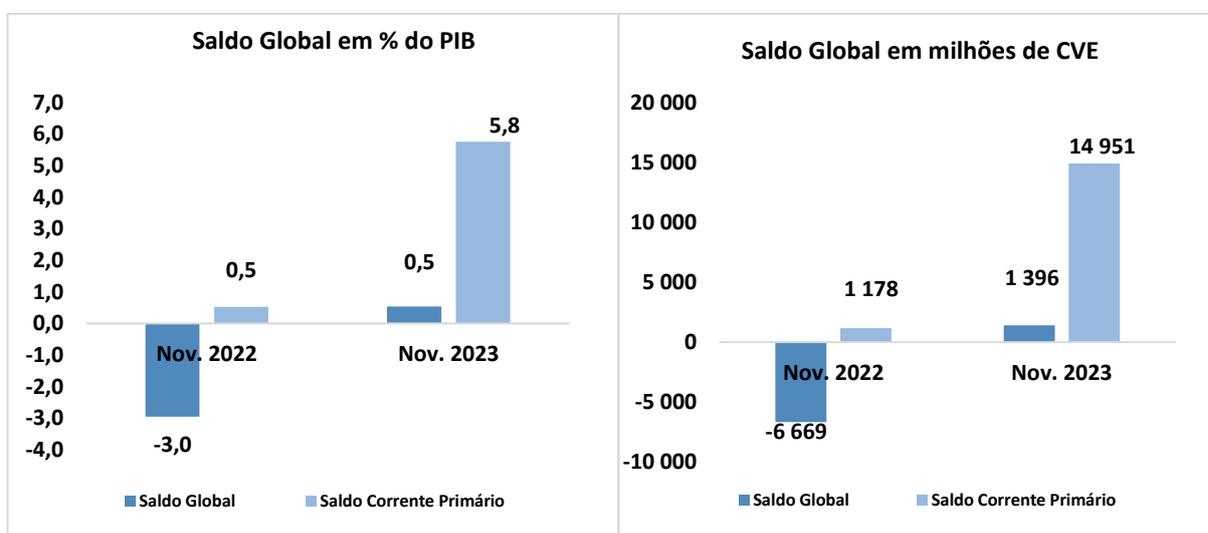
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	3
2.	Análise das Receitas Totais	5
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	6
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	9
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	9
3.1.	Por Classificação Económica	9
3.2.	Despesas	10
3.2.1.	Ativos Não Financeiros	14
3.3.	Por Tipo de Financiamento	15
4.	Dívida Pública	17

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global provisório, em novembro de 2023, foi positivo em 1.395,8 milhões de CVE, traduzindo-se num superavit de 0,5% do PIB. Esse resultado reflete uma melhoria de 3,5 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2022.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 5,2 p.p., face ao período homólogo, fixando-se em 5,8%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas e da baixa execução dos ativos não financeiros.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em novembro de 2023, comparativamente ao mesmo período de 2022, decorrem:

- Do aumento das receitas totais em 21,1% (+10.102,5 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados;
- Do acréscimo das despesas totais em 4,1% (+2.111,7 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque às despesas com aquisições de bens e serviços, juros correntes, benefícios sociais, subsídios e transferências;
- Do decréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 2,2% (-73,7 milhões de CVE), relativamente ao período homólogo do ano transato.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2022		2023		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Nov	Orç. Inicial	Nov		
1. Total Receitas	58 196	47 863	64 238	57 966	90,2	21,1
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	54 215	45 875	58 230	55 852	95,9	21,7
Impostos	41 184	40 127	44 350	45 177	101,9	12,6
Segurança Social	71	68	71	74	103,7	9,0
Transferências (donativos)	3 982	1 988	6 009	2 114	35,2	6,3
Corrente	2 820	1 398	2 970	1 651	55,6	18,1
Capital	1 162	590	3 038	462	15,2	-21,6
Outras Receitas	12 960	5 681	13 808	10 601	76,8	86,6
2. Total Despesas	62 112	51 185	66 108	53 296	80,6	4,1
Despesas com Pessoal	24 326	19 849	24 581	19 121	77,8	-3,7
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	8 813	14 765	10 183	69,0	15,5
Juros Correntes	5 541	4 740	5 877	5 518	93,9	16,4
Subsídios	1 008	1 602	2 022	2 216	109,6	38,3
Transferências	6 663	4 929	6 502	5 225	80,4	6,0
Corrente	6 097	4 579	5 899	349	5,9	-92,4
Capital	566	349	604	5 225	865,3	1396
Benefícios Sociais	8 316	8 011	9 143	8 681	94,9	8,4
Outras despesas correntes	3 868	2 443	3 218	1 510	46,9	-38,2
Valor a regularizar	0	799	0	843	0,0	5,5
3. Resultado Operacional Bruto	-3 916	-3 321	-1 869	4 669	-249,8	-240,6
4. Ativos não Financeiros	10 217	3 347	11 156	3 274	29,3	-2,2
Compra ativos não financeiros	10 625	3 781	11 904	3 394	28,5	-10,2
Venda ativos não financeiros	408	434	747	120	16,1	-72,3
5. Saldo Global (1-2-4)	-14 134	-6 669	-13 026	1 396	-10,7	-120,9
Saldo global (em percentagem do PIB)	-6,0	-3,0	-5,0	0,5	-	-
Saldo Corrente Primario	1 029	1 178	1 573	14 951	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	0,4	0,5	0,6	5,8	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-8 592	-1 929	-7 149	6 914	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-3,7	-0,9	-2,7	2,7	-	-
6. Financiamento	14 134	6 271	13 026	-2 387	-	-
6.1 Ativos Financeiros	-4 363	-203	1 955	199	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	120	156	194	52	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 513	-977	-1 851	-460	-	-
Ações e Outras Participações Mi - Aquisição	-2 651	-2 385	-2 200	-2 002	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	681	3 002	3 685	2 610	-	-
6.2 Passivos Financeiros	18 497	6 475	11 071	-2 586	-	-
 Interno líquido	11 412	8 103	6 641	-1 082	-	-
Sistema bancário	11 597	9 898	6 828	-425	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Le	-185	-113	-187	-74	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesour	0	181	0	118	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em t	0	-763	0	-1 029	-	-
Outras operações de tesouraria	0	-3 061	0	-3 222	-	-
Sistema não bancário	0	1 961	0	941	-	-
 Externo líquido	7 085	-1 629	4 430	-1 505	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	16 089	5 015	15 013	6 783	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-9 005	-6 644	-10 606	-8 288	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	-397	0	-991	-	-

Fonte: MFFE – DNOCP

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até novembro de 2023 cifraram-se em 58.086,0 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 20,3%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2022		2023			
	Orç. Inicial	Nov	Orç. Inicial	Nov	Grau Exec	Tax. Hom
Impostos	41 184	40 127	44 350	45 177	101,9	12,6
Imposto único sobre rendimentos	11 230	8 712	10 968	11 086	101,1	27,3
IR-PS	6 799	5 665	6 923	5 803	83,8	2,4
IR-PC	4 431	3 047	4 045	5 283	130,6	73,4
Outros impostos directos	649	497	165	620	375,4	24,7
Tributo Especial Unificado - TEU	617	496	132	619	468,6	24,7
Taxa de Incêndio	31	1	33	1	2,5	36,4
Imposto sobre bens e serviços	20 129	21 057	23 037	23 509	102,1	11,6
Imposto sobre o valor acrescentado	15 826	16 305	17 939	18 280	101,9	12,1
IVA DGA	8 934	9 973	9 551	9 631	100,8	-3,4
IVA DGCI	6 892	6 332	8 389	8 649	103,1	36,6
Imposto consumo especial	2 477	2 884	2 605	2 789	107,0	-3,3
Taxa de Tabaco	323	335	470	379	80,6	13,0
Contribuição turística	475	646	946	1 172	123,8	81,3
Taxa ecológica	728	632	756	631	83,4	-0,3
Taxa estatística aduaneira	300	253	320	260	81,4	2,7
Impostos sobre transações internacionais	8 407	9 125	9 351	9 211	98,5	0,9
Direitos de importação	8 067	8 732	8 991	8 819	98,1	1,0
Taxa comunitaria CEDEAO	340	393	360	392	108,9	-0,1
Outros impostos	769	737	829	751	90,5	1,9
Imposto de selo	719	685	769	702	91,3	2,4
Imposto especial sobre jogos	50	52	60	49	81,2	-4,8
Segurança Social	71	68	71	74	103,7	9,0
Contribuições para a segurança social	0	67	71	74	103,8	9,1
Outras Contribuições	0	0	1	1	98,6	5,7
Transferências	3 982	1 987,9	6 009	2 114	35,2	6,3
De Governos Estrangeiros	3 378	1 259	5 225	1 558	29,8	23,8
Ajuda Orçamental	825	221	849	110	13,0	-50,0
Ajuda Alimentar	300	121	98	96	97,9	-20,1
Donativos directos	2 253	918	4 278	1 351	31,6	47,3
De Organizações Internacionais	80	386	302	205	68,0	-46,8
Das Administrações Públicas	523	344	481	350	72,8	1,9
Outras Receitas	12 960	5 681	13 808	10 601	76,8	86,6
Rendimentos de propriedade	5 444	321	5 562	4 637	83,4	1346,8
Venda de bens e serviços	5 957	4 802	6 716	5 174	77,0	7,8
Multas e outras penalidades	342	227	361	375	103,7	64,7
Outras transferências	337	110	391	218	55,8	98,6
Outras receitas diversas e não especificadas	880	221	778	198	25,4	-10,7
Receitas	58 196	47 863	64 238	57 966	90,2	21,1
Ativos e Passivos	408	434	747	120	16,1	-72,3
Ativos não Financeiros	408	434	747	120	16,1	-72,3
TOTAL RECEITAS	58 604	48 297	64 986	58 086	89,4	20,3

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até novembro de 2023, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 57.965,8 milhões de CVE, registando um acréscimo de 21,1%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+27,1%), dos impostos indiretos (+8,3%), segurança social (+9,0%), outras receitas (+86,6%) e das transferências (+6,3%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 27,1% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 5.803,3 milhões de CVE, registando um ligeiro aumento em relação ao mesmo período do ano anterior, na ordem 2,4% (+138,2 milhões de CVE), resultante da evolução positiva das categorias A, B, C e E em 5,9%, 0,9%, 5,4% e 13,0%, respetivamente. Comparativamente à previsão, verificou-se que apenas a categoria E superou o montante previsto para o período, tendo o IRPS registado uma cobrança abaixo do previsto em (542,6 milhões de CVE; -8,6%).
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 5.282,7 milhões de CVE, dos quais, 2.553,7 milhões de CVE provenientes do imposto sobre lucro e 2.729,0 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando acima da cobrança registada no período homólogo anterior, em 2.236,2 milhões de CVE (+73,4%) e da previsão, em 1.430,6 milhões de CVE (+37,1%). A performance de arrecadação resulta do aumento exponencial da cobrança tanto em sede do imposto sobre lucro, como em sede do fracionado de março, agosto e novembro, tendo já superado a previsão anual orçamentado fixado em 4.045,4 milhões de CVE. De ressaltar, no entanto, que não obstante o aumento exponencial da cobrança, ainda estão por cobrar o montante 407,7 milhões de CVE, respeitante ao IRPC devido do mês de maio e ao fracionado de novembro, montante este negociado em prestações, com vencimento até final do ano, pelo que é expectável uma melhoria, ainda, mais significativa da cobrança no ano corrente.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 618,8 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 122,4 milhões de CVE

(+24,7%) comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo crescimento da atividade económica e da cobrança de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 59,6 milhões de CVE.

- A cobrança da Taxa de Incêndio (TI) no período em análise foi quase nula, uma vez que, constitui num imposto que é cobrado, essencialmente, no mês de junho com a entrega das contas dada a sua incidência sobre a coleta do IRPC.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 8,3% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 18.279,6 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 1.974,3 milhões de CVE (+12,1%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um ligeiro decréscimo de 3,4% (-342,6 milhões de CVE), enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 36,6% (+2.317,0 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança registado, essencialmente, nos setores de:
 - alojamento e restauração (+1 6.295,5 milhões de CVE; 128,0%);
 - comércio por grosso e a retalho (+142,0 milhões de CVE; 9,2%);
 - atividades administrativas e de serviços de apoio (+134,0 milhões de CVE; 33,7%); e
 - indústrias transformadoras (+ 122,7 milhões de CVE; 17,5%).

Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 18,4 milhões de CVE, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 2.007 em 2022 para 2.185 em 2023.

- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 1.171,6 milhões de CVE, registando uma arrecadação adicional, em termos homólogos, de 525,3 milhões de CVE tendo atingido uma média mensal de 106,5 milhões de CVE, superando a média mensal de cobrança registada no período pré pandemia (83,0 milhões de CVE) e o montante orçamentado para o ano fixado em 946,4 milhões de CVE, justificado pelo aumento substancial da procura turística registado no período comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Em relação à previsão verificou-se, também, uma

cobrança acima do montante estipulado para o período em 304,1 milhões de CVE (+35,0%).

- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 0,9% (+86,2 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2022, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 1,0% (+86,6 milhões de CVE), justificado pelo aumento do volume da importação, e também se verificou uma diminuição na arrecadação da Taxa Comunitária CEDEAO de 0,1% (-0,4 milhões de CVE).
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto totalizou o montante de 701,5 milhões de CVE, dos quais 442,2 milhões de CVE provenientes das operações financeiras e 259,3 milhões de CVE dos atos jurídicos documentados, registando um acréscimo de 16,5 milhões de CVE (+2,4%) face ao período homólogo anterior e de 3,1 milhões de CVE (+0,4%) quando comparado com a cobrança prevista para o período.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 49,0 milhões de CVE, registando um decréscimo de 4,8% face ao período homólogo, mas abaixo da previsão em 11,4%.
- A Taxa de Tabaco registou uma arrecadação de 378,7 milhões de CVE correspondente a um aumento de 13,0% (+43,5 milhões de CVE) quando comparado ao período homólogo, em face ao agravamento de taxas.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 260,4 milhões de CVE correspondente a um incremento 6,9 milhões de CVE, quando comparado ao período homólogo.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 2.113,9 milhões de CVE, traduzindo-se num acréscimo de 6,3% (+125,9 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2022. Esta performance decorre do acréscimo das transferências de governos estrangeiros em +229,9 milhões de CVE, justificado pelos donativos diretos, pela diminuição das transferências de organizações internacionais em

-180,4 milhões de CVE, bem como nas transferências às administrações públicas em +6,4 milhões de CVE.

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 86,6% (+4.920,6 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação da performance das seguintes rúbricas:

- Rendimentos de propriedade (+4.316,7 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela entrada da renda de concessões aeroportuárias;
- Venda de bens e serviços (+372,3 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar a taxa de serviços de passaportes, de segurança aeroportuárias, segurança marítima, dos emolumentos e custas judiciais; dos registos e notariado, dos emolumentos pessoais dos Serviços aduaneiros e guarda-fiscal; e
- Multas e outras penalidades (+147,2 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de multas por infrações ao código da estrada e juros de mora.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em novembro de 2023, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 72,3% (-313,5 milhões de CVE) comparativamente a novembro de 2022, em face as vendas pontuais registadas no ano passado.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais (incluindo ativos não financeiros), em novembro de 2023, atingiram os 56.690,2 milhões de CVE, registando um acréscimo de 3,1% em relação ao período homólogo de 2022.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2022		2023		Grau Exec.	Tax. Hom.
	Orç. Inicial	Nov	Orç. Inicial	Nov		
Despesas com Pessoal	24 326	19 849	24 581	19 121	77,8	-3,7
Remuneração Certas e Permanentes	22 206	18 113	22 414	18 060	80,6	-0,3
Segurança Social	2 120	1 736	2 167	1 061	48,9	-38,9
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	8 813	14 765	10 183	69,0	15,5
Juros Correntes	5 541	4 740	5 877	5 518	93,9	16,4
Dívida interna	3 413	3 069	2 315	3 048	131,7	-0,7
Dívida externa	2 052	1 635	3 486	2 398	68,8	46,6
Outros encargos	76	36	77	73	94,7	101,9
Subsídios	1 008	1 602	2 022	2 216	109,6	38,3
Transferências Correntes	6 663	4 929	6 502	5 225	80,4	6,0
Governos Estrangeiros	504	139	598	198	33,1	41,7
Organismos Internacionais	472	19	474	151	31,8	693,0
Administração Pública	5 687	4 770	5 431	4 804	88,5	0,7
Para Outras Entidades				73	0,0	0,0
Benefícios Sociais	8 316	8 011	9 143	8 681	94,9	8,4
Outras Despesas Correntes	3 868	2 443	3 218	1 510	46,9	-38,2
Valor a regularizar	0	799	0	843	0,0	5,5
Despesas	62 112	51 185	66 108	53 296	80,6	4,1
Ativos e Passivos	10 625	3 781	11 904	3 394	28,5	-10,2
Ativos não Financeiros	10 625	3 781	11 904	3 394	28,5	-10,2
TOTAL DESPESAS	72 737	54 966	78 012	56 690	72,7	3,1

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF

3.2. Despesas

A 30 de novembro de 2023, as despesas (excluindo ativos não financeiros) executadas totalizaram o montante de 53.296,4 milhões de CVE, registando um acréscimo de 4,1% em relação ao executado em 2022. Esta evolução resultou do aumento generalizado da execução de várias rubricas de despesas nomeadamente, Aquisição de bens e serviços (+15,5%), Subsídios (+38,3%), Juros correntes (+16,4%), Transferências (+6,0%), Benefícios Sociais (+8,4%) e conjugado com a diminuição Despesa com o pessoal (-3,7%) de Outras Despesas (-38,2%), conforme abaixo se apresenta:

- As “despesas com o pessoal” evidenciou um decréscimo na ordem dos 3,7% (-727,4 milhões de CVE), decorrente de despesas:
 - i. Contribuição para Segurança Social (-674,0 milhões de CVE), justificado pelo atraso no processamento de pagamento das contribuições, na decorrência da implementação do novo sistema de envio da FOS (Folha Ordenado e Salário);

- ii. Pessoal do quadro (-245,3 milhões de CVE), derivado (i) da mudança de regime do pessoal do quadro para aposentação; (ii) da demora na tramitação dos processos de concursos públicos; e (iii) da progressão e promoção de funcionários de DNRE, que ocorreram em 2022, conforme o B.O nº 16 de II série de 2 de fevereiro 2022.
- o A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 15,5% (+1.369,2 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas:
 - i. “Assistência Técnica - Residentes” (+1.007,0 milhões de CVE) na sequência da execução do projeto “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras” derivado do contrato celebrado entre Ministério da Administração Interna e a ZETES para fornecimento de bens e serviços, “Harmonização e melhoria das Estatísticas na Africa Ocidental”; destacando o pagamento do IV Inquérito das despesas e receitas na África Ocidental; “Implementação do Plano de Reinserção Social” e “Turismo Resiliente e Desenvolvimento na Economia Azul em Cabo Verde /UGPE” e “Reestruturação do setor empresarial do Estado”;
 - ii. “Assistência Técnica – Não Residentes” (+238,2 milhões de CVE) no âmbito de prestações de serviços ao sector da Justiça (SNIAC) referente a produção personalizada e envio de CNI (Cartão Nacional de Identificação), TRE (Título de Residência Estrangeiro); “preparação projeto Cabo Verde Digital”; e “Reestruturação do Setor Empresarial do Estado”;
 - iii. “Medicamento” (+140,7 milhões de CVE), referente a pagamentos de faturas junto da Emprofac, bem como o fornecimento de produtos farmacêuticos para as estruturas públicas de saúde;
 - iv. “Deslocação e Estadas” (+159,4 milhões de CVE) com destaque no Gabinete do Primeiro Ministro, à Presidência da República, na Assembleia Nacional, no Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Juventude e Desporto e nos ministérios das Finanças e do Fomento Empresarial, da Educação, da Agricultura e Ambiente, da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, e dos

- Negócios Estrangeiros Cooperação e Integração Regional e do Turismo, Transportes e Defesa Nacional;
- v. “Honorários” (+115,5 milhões de CVE), com destaque, no Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Juventude e Desporto, aos setores, das Finanças e do Fomento Empresarial, da Saúde, da Agricultura e Ambiente, da Família, da Educação, do Turismo e Transportes;
 - vi. “Energia Elétrica” (+51,0 milhões de CVE) referente a regularização de pagamento de consumo de energia;
 - vii. “Rendas e Alugueres” (+34,3 milhões de CVE);
 - viii. “Publicidade e Propaganda” (+50,2 milhões de CVE), com destaque ao Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, no âmbito do projeto “Preparação PEDS II”, “Fomento do Empreendedorismo Jovem”, “Sorteio da Fatura da Felicidade”, “Quarta comunicação para a mudança Climáticas” e “qualidade prestação de Serviço”;
 - ix. “Livros e Documentos Técnicos “(+36,5 milhões de CVE); com destaque ao setor da educação, na Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolares, referente ao pagamento da impressão e reimpressão de manuais escolares para o ano letivo 2022/2023;
 - x. “Transportes” (+20,4 milhões de CVE) com destaque ao setor da Saúde, no âmbito do pagamento de transporte dos medicamentos para as estruturas de saúde e no Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial no apoio aos estudantes da formação profissional no IFP e no INE no âmbito do inquérito Multiobjectivo Continuo –fn;
 - xi. “Vigilância e Segurança” (+17,7 milhões de CVE) com destaque aos seguintes setores da Educação, das finanças e do Fomento Empresarial, da Saúde da Justiça e da Agricultura e Ambiente;
 - xii. “Publicidade dos Atos e Decisões Administrativas” (+13,6 milhões de CVE), com destaque ao Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência Conselho de Ministro e na Assembleia Nacional, na liquidação das faturas pendentes junto da Imprensa Nacional de Cabo Verde; e
 - xiii. “Limpeza Higiene e conforto “(+14,6 milhões de CVE).

- A despesa com os juros registou um acréscimo de 16,4% (+778,4 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2022, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 46,6% (+762,4 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2022. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias do serviço da dívida concedida pelos nossos credores bilaterais e comercial, bem como pela variação cambial;
- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 38,3% (+613,7 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2022. Derivado dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país, face a escala de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia e do pagamento da indemnização compensatória pelas imposições de serviço público de transporte marítimo inter-ilhas;
- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 8,4% (+670,1 milhões de CVE), justificado essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, traduzindo num aumento dos encargos de pensões de aposentação 8,0% (+396,7 milhões de CVE), pensões do regime não contributivo em 10,5% (+183,4 milhões de CVE), pensões de sobrevivência em 12,5% (+41,1 milhões de CVE), bem como os encargos com outros benefícios sociais em numerário em 1,1% (+5,9 milhões de CVE) e Pensão de velhice em 136,0% (+ 44,3 milhões de CVE);
- As “Transferências” tiveram um agravamento de 6,0% (+296,6 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, impulsionado pelo aumento das despesas na rubrica:
 - i. Outras transferências correntes em +70,1% (+81,4 milhões de CVE), no âmbito do financiamento de receitas consignadas do Fundo Nacional do Ambiente, para aquisição e instalação de dessalinizadora para Santiago e Boavista e financiamento do Fundo Nacional de Emergência no âmbito do contrato de auxílio financeiro ao Município de São Vicente;
 - ii. Municípios corrente em 5,2% (+175,3 milhões de CVE), justificado pelo projeto “Reforço do sistema alimentar das famílias em situação aguda de insegurança

alimentar e nutricional” financiado pela FAO/donativos, do acordo de crédito novos bloco residencial Sal e Boavista decorrente dos contratos programas financiados pelo Fundo Desenvolvimento do Turismo e “Serviço de Desenvolvimento do setor das pescas” com financiamento das receitas consignada – Fundo das pescas, na atribuição de apoios juntos dos pescadores;

iii. Outras Transferências de Administração Pública De Capital em (+46,5 milhões de CVE). No âmbito do Poser - Programa De Promoção De Oportunidades Socioeconómicas Rurais III Fase.

- o As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um decréscimo de 38,2% (-932,7 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2022, justificado pela diminuição da rubrica Organizações não Governamentais em 455,6 milhões de CVE (no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas, legislativas e presidenciais de outubro de 2020, maio 2021 e outubro 2021 respetivamente) e Indeminizações em 386,7 milhões de CVE.

O valor da despesa por regularizar, em outubro situou-se na ordem dos 842,7 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Missões Diplomáticas e Postos Consulares e à Comissão Nacional de Eleições, que são posteriormente regularizadas, que decorrerá no processo de consolidação das contas públicas, aquando da apresentação das contas de gerência.

3.2.1. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 3.393,9 milhões de CVE, registando uma variação negativa em termos absolutos, de 387,2 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2022.

O montante executado decorre, essencialmente, nas seguintes unidades orçamentais: “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades” com uma execução de 748,1 milhões de CVE, “Terminal de Cruzeiros” com uma execução de 632,9 milhões de CVE, “Construção da Nova Escola da Várzea” com uma execução de 215,8 milhões de CVE, “Aquisição de Bens e Serviços” com uma execução de 172,2 milhões de CVE, “Habitações Sociais” com uma execução de 152,8 milhões de CVE, “Construção e Ampliação de

Infraestruturas Educativas” com uma execução de 116,7 milhões de CVE, “Tribunal de Contas” com uma execução de 109,7, “Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia em CV em 6 Ilhas” com uma execução de 96,4 milhões de CVE, “Construção e Reabilitação de Infraestruturas Desportivas” 63,2 milhões de CVE, “Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais da Ilha de Santo Antão” com uma execução de 62,8 milhões de CVE, “Ampliação do Centro de Saúde de Boa Vista” com uma execução de 48,9 milhões de CVE, “Modernização da DNRE” com uma execução de 41,4 milhões de CVE, “Funcionamento - Hospital Central Agostinho Neto” com uma execução de 40,2 milhões de CVE, “Funcionamento - Assembleia Nacional, com uma execução de 36,3 milhões de CVE, “Capital Humano- Setor Habitação” com uma execução de 36,2 milhões de CVE “Licença De Aplicativos Utic” com uma execução de 30,8 milhões de CVE, “Resiliência do Setor Agrário com as Mudanças Climáticas em CV” com uma execução de 26,8 milhões de CVE, “Obras e Beneficiação dos Edifícios da Justiça” com uma execução de 26,4 milhões de CVE, ” Preparação e Resposta a Covid-19 “com uma execução de 25,6 milhões de CVE, “Sistema de Produção e Distribuição de Água em Santiago” com uma execução de 25,6 milhões de CVE, “ Construção do posto sanitário de Palmeira” com uma execução de 25,5 milhões de CVE, “Eletrificação Rural Santiago” com uma execução de 23,3 milhões de CVE, “DGASP - Implementação de Políticas e Promoção do Desenvolvimento Rural” com uma execução de 23,1 milhões de CVE, ” Construção das unidades policiais “com uma execução de 22,3 milhões de CVE e Centro de Artesanato de S. Vicente” com uma execução de 22,0 milhões de CVE.

3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que 92,0% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 8,0% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante 1.710,0 milhões de CVE, sendo os financiadores com maior execução, o Luxemburgo com 435,9 milhões de CVE, a Holanda com 221,2 milhões de CVE, o “GLOBAL ENVIRONMENT FUND” com 125,1 milhões de CVE , o P.N.U.D. com

122,9, milhões de CVE, Nações Unidas com 122,2 milhões de CVE, o Portugal com 121,9 milhões de CV, a União Europeia com 82,0 milhões, o Donativos internos com 64,6 milhões de CVE, a Nama *Facility-Giz* com 54,2 milhões de CVE, a F.A.O. com 52,0 milhões de CVE, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional com 51,9 milhões de CVE, O.M.S. com 49,9 milhões de CVE e a F.I.D.A. com 30,5 milhões de CVE.

- Os empréstimos externos ascenderam, a 2.774,0 milhões de CVE, equivalente a 61,1% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 15 programas, com destaque ao “Cabo Verde Plataforma Turismo” (461,0 milhões de CVE), “Infraestruturas Modernas e Seguras” (426,2 milhões de CVE), “Cabo Verde Plataforma Marítima” (363,9 milhões de CVE), “Modernização do Estado e da Administração Pública” (262,8 milhões de CVE), “Programa Sistema de Informação para o Desenvolvimento Sustentável” (227,5 milhões de CVE), “Transformação da Agricultura” (202,9 milhões de CVE), ao “Cabo Verde Plataforma Digital e da Inovação” (194,5 milhões de CVE), “Programa Nacional para o Sustentabilidade Energética” (165,6 milhões de CVE), “Desenvolvimento do Capital Humano” (153,6 milhões de CVE), “Proteção Social” (92,4 milhões de CVE), “Desenvolvimento Integrado de Saúde” (69,9 milhões de CVE) e “Desenvolvimento Empresarial” (60,8 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	OE	Novembro	Grau Exec.	Peso %
Interno	65 397	52 153	79,7	92,0
Tesouro (Rec. Int.)	64 432	51 698,8	80,2	99,1
OFN	965	454,4	47,1	0,9
Externo	12 615	4 537	36,0	8,0
Donativo	4 692	1 710,0	36,4	37,7
Empréstimo	7 834	2 774,0	35,4	61,1
Ajuda alimentar	88	53,1	60,0	1,2
Total da Despesa	78 012	56 690	72,7	100,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

4. Dívida Pública

Em 30 de Novembro de 2023, o stock da dívida pública, atingiu o montante de 292.845,1 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 92.769,4 milhões de CVE (35,7% do PIB) e à dívida externa 200.075,8 milhões de CVE (77,0% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB¹ atingiu os 112,6%, cerca de 12,1 p.p. abaixo do registado em novembro de 2022.

Quadro 6 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	novembro 22	novembro 23	Var. Hom	% PIB/22	% PIB/23
Estoque Global	293 133,3	292 845,1	-0,1	124,7	112,6
Dívida Interna	91 691,1	92 769,4	1,2	39,0	35,7
Dívida Externa	201 442,2	200 075,8	-0,7	85,7	77,0

Fonte: MFFE – DGT

¹ Considerou-se o *rebasing* do PIB.